



PARECER CONTÁBIL

DATA: 08/10/2021

REQUERENTE: Relator da Comissão de Orçamento, Finanças e Controle

ASSUNTO: Análise do Projeto de Lei nº 018/2021, que dispõe sobre a estimativa da receita e fixação da despesa do Município de Icapuí para o exercício financeiro de 2022.

I) DA ANÁLISE

Submete-se à apreciação da Assessoria Contábil desta Casa Legislativa, com o escopo de análise e emissão de Parecer Técnico Contábil, o Projeto de Lei nº 018/2021, de autoria do excelentíssimo Sr. Prefeito Raimundo Lacerda Filho, que em sua Ementa assim preceitua: **“DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.”**

O Projeto de Lei em questão deu entrada na Secretaria da Câmara Municipal de Icapuí em 30 de setembro de 2021, dentro do prazo legal, conforme disciplina o art. 42 da Constituição Estadual, devendo o Plenário aprovar a matéria no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias em conformidade com o § 5º, que ora transcrevo: **O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado pelo poder Executivo, até o dia primeiro de outubro de cada ano à Câmara Municipal, que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta dias, e a Lei Orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas até o dia trinta de dezembro.**

O Projeto de Lei ora analisado foi elaborado com base nas diretrizes, objetivos e metas constantes do Plano Plurianual 2022-2025, em tramitação para aprovação na Câmara Municipal, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada por esta Casa Legislativa em junho/2021, assegurando estes os recursos necessários para o desenvolvimento social e econômico do Município.

DA DOCUMENTAÇÃO

Verifica-se que o projeto de Lei está composto da seguinte documentação:

- 1- Mensagem;
- 2- Texto do Projeto de Lei;
- 3- Anexos da Lei 4.320/64;
- 4- Relação de Projetos e Atividades – Orçamento Programa – Consolidado;
- 5- Projeção da Receita Corrente Líquida.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI/LOA

A Legislação que trata das disposições para a elaboração do Projeto de Lei do Orçamento é a seguinte:

- 1- Constituição Federal, art. 165 – III, § 5º ao 8º;
- 2- A Constituição Estadual, Art. 42, § 5º; Art. 89, V;
- 3- A Lei 4.320/64, Art. 2º a 12, 42 ao 43;
- 4- A Lei de Responsabilidade Fiscal, LC- 101/00, Art. 5º - I a III;
- 5- A Lei Orgânica Municipal (LOM), Art. 125, Art. 126, Art. 131;
- 6- Plano Plurianual de Icapuí/PPA/2022-2025;
- 7- A Lei de Diretrizes Orçamentária Anual/LDO/2021;


Elisângela Barbosa
CRC CE 010.173/O-0
Contact - Consultoria e Assessoria
Contábil LTDA

Consultoria e Assessoria Contábil LTDA

Rua Irmã Núbia Alves Dias, 1330, Centro, CEP: 62.800-000, Aracati-CE

CNPJ: 07.159.615/0001-04 - Fone: 88-3421.1412

e-mail: assessoriacontabil2004@hotmail.com



O Projeto de Lei de Orçamento deverá observar o disposto no Art. 165, § 5º a 8º da Constituição Federal, a fim de possibilitar a consolidação no Orçamento Anual, que compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimentos e Orçamento da Seguridade Social.

Observa-se que na elaboração da Lei do Orçamento o conteúdo deve ser extramente objetivo, atendendo, contudo, as exigências legais. Os anexos, parte integrante da Lei de Orçamento, deverão conter informações precisas sobre o detalhamento das ações que serão implementadas pelos poderes, para o exercício financeiro a que se refere a Proposta Orçamentária.

Ressalta-se a importância do cumprimento rigoroso do que determina o parágrafo único do Art. 22, da Lei 4.320/64 que assim transcreve:

Parágrafo único. Constará da Proposta Orçamentária para cada unidade administrativa descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva Legislação.

Todos os gastos do Governo Municipal para o próximo ano são previstos em detalhes na LOA – Lei Orçamentária Anual, constando a estimativa da receita e a fixação das despesas. Analisando o Projeto de Lei em comento para o próximo exercício, a receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade está assim distribuída por fontes de origem:

FONTE DE RECURSOS	VALOR – R\$
RECEITAS CORRENTES	111.047.060,00
Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	7.919.000,00
Receitas de Contribuições	3.427.000,00
Receita Patrimonial	2.216.560,00
Receita de Serviços	3.131.00,00
Transferências Correntes	93.962.500,00
Outras Receitas Correntes	391.000,00
RECEITAS CORRENTES -INTRA	6.061.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.000,00
Receita de Contribuições	6.009.000,00
Receita de Serviços	50.000,00
RECEITA DE CAPITAL	7.292.000,00
Alienação de Bens	1.000,00
Transferências de Capital	7.291.000,00
DEDUÇÃO DE RECEITAS	9.531.000,00
Dedução do Fundeb	(9.228.000,00)
Outras Deduções de Receitas	(303.000,00)
TOTAL GERAL	114.869.060,00

As **Receitas Correntes** no valor de R\$ 111.047.060,00 (cento e onze milhões quarenta e sete mil e sessenta reais), são as receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é que se esgotam dentro do período anual. É a categoria econômica que compreende receitas tributárias, de contribuições, patrimonial,

Consultoria e Assessoria Contábil LTDA

Rua Irmã Núbia Alves Dias, 1330, Centro, CEP: 62.800-000, Aracati-CE
CNPJ: 07.159.615/0001-04 - Fone: 88-3421.1412
e-mail: assessoriacontabil2004@hotmail.com

Elisabete Barbosa
CRC 010.173/O-0
Contador - Consultoria e Assessoria
Contábil LTDA



agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras. **Receitas Correntes-Intra** no valor de R\$ 6.061.000,00 (seis milhões e sessenta e um mil reais), são receitas correntes de órgãos, autarquias, fundações, empresas dependentes e de outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesas de órgão, autarquia, fundação, empresa dependente ou de outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo. **Receitas de Capital** no valor de R\$ 7.292.000,00 (sete milhões duzentos e noventa e dois mil reais), é a categoria econômica que compreende operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras. São as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital. **Dedução de Receitas** no valor de R\$ 9.531.000,00 (nove milhões quinhentos e trinta e um mil reais), que compreende a **Dedução do Fundeb** no valor de R\$ 9.228.000,00 (nove milhões duzentos e vinte e oito mil reais), que integram a composição do Fundeb os recursos provenientes da União a título de complementação aos entes federados que não atingiram o valor mínimo por aluno/ano definido nacionalmente ou que efetivaram as condicionalidades de melhoria de gestão e alcançaram a evolução dos indicadores a serem definidos sobre atendimento e melhoria de aprendizagem com a redução das desigualdades. E **Outras Dedução de Receitas** no valor de R\$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais). No âmbito da administração pública a dedução de receita é utilizada nas seguintes situações: restituição de tributos recebidos a maior ou indevidamente e recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencente a outro ente de acordo com a lei vigente.

O Demonstrativo Consolidado da Despesa, segundo as categorias econômicas, ficou assim distribuído:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$
DESPESAS CORRENTES	R\$ 87.833.850,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 54.987.900,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 32.845.950,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 23.435.210,00
Investimentos	R\$ 20.043.210,00
Inversões Financeiras	R\$ 111.000,00
Amortização da Dívida	R\$ 3.281.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 3.600.000,00
TOTAL DA DESPESA	R\$ 114.869.060,00

As **Despesas Correntes** no valor de R\$ 87.833.850,00 (oitenta e sete milhões, oitocentos e trinta e três mil, oitocentos e cinquenta reais) destinam-se à manutenção da máquina administrativa, inclusive pessoal e encargos sociais e pagamentos de juros e encargos da dívida. As **Despesas de Capital** no valor de R\$ 23.435.210,00 (vinte e três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e dez reais) asseguram a amortização da dívida e a implantação de equipamentos e de melhoria de infraestrutura oferecendo melhores condições de vida à população. A **Reserva de Contingência** no valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) tem a finalidade de atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Consultoria e Assessoria Contábil LTDA

Rua Irmã Núbia Alves Dias, 1330, Centro, CEP: 62.800-000, Aracati-CE
CNPJ: 07.159.615/0001-04 - Fone: 88-3421.1412
e-mail: assessoriacontabil2004@hotmail.com

Elisângela Barbosa
CRC CE 010.173/O-0
Contador - Consultoria e Assessoria
Contábil LTDA



A fixação das despesas para cada Órgão da Administração Municipal ficou assim distribuída:

ÓRGÃOS	VALOR – R\$	%
Câmara Municipal	3.478.844,64	3,03
Secretaria de Governo	2.480.000,00	2,16
Controladoria e Ouvidoria Geral	448.000,00	0,39
Secretaria M. de Administração e Finanças	8.725.200,00	7,60
Secretaria M. de Educação	34.266.750,00	29,83
Secretaria M. de Saúde	22.003.750,00	19,16
Secretaria M. de Assistência Social	3.462.500,00	3,01
Secretaria M. de Infraestrutura e Saneamento	19.462.455,36	16,89
Sec. M. de Des., Trab., Agric., M. Ambiente e Pesca	2.705.000,00	2,35
Secretaria de Cultura e Turismo	1.529.000,00	1,33
Secretaria de Esporte e Juventude	1.618.000,00	1,41
Inst. de Previdência dos Servidores Municipais	10.396.000,00	9,05
Autarquia de Trânsito Mun. De Icapuí	604.000,00	0,53
Inst. De Fiscalização e Lic. Ambiental	564.000,00	0,49
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	3.185.560,00	2,77
TOTAL DA DESPESA	114.869.060,00	100

Os Órgãos do Governo Municipal, com mais recursos fixados nas despesas para aplicação em 2022, destacam-se: **Secretaria Municipal de Educação** – 29,83%, **Secretaria Municipal de Saúde** – 19,16%, **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento** – 16,89%, refletindo assim as prioridades da Administração Municipal com a demanda da população mais carente, na oferta de bens e serviços.

II) CONCLUSÃO

Este Parecer Técnico Contábil, tem o objetivo principal de analisar o Projeto de Lei em referência, a fim de fornecer informações técnicas e úteis aos vereadores, ao Plenário da Câmara, as Comissões permanentes de Comissão de Orçamento, Finanças e Controle, Justiça e Redação.

Após análise do Projeto de Lei nº 018/2021, esta Assessoria Contábil constatou a observância à Legislação vigente sobre a matéria, quanto às exigências legais, ao conteúdo e aos requisitos exigíveis para sua elaboração, **opinando** pela regular tramitação do Projeto, cabendo ao Plenário a apreciação e aprovação do mesmo.

É o Parecer.

Aracati – CE , 08 de outubro de 2021


Contact – Consultoria e Assessoria Contábil LTDA

CRC/CE 595/O-3

Maria Elisabete Silva Barbosa

CRC/CE 010173/O-0

Contador

Consultoria e Assessoria Contábil LTDA

Rua Irmã Núbia Alves Dias, 1330, Centro, CEP: 62.800-000, Aracati-CE

CNPJ: 07.159.615/0001-04 - Fone: 88-3421.1412

e-mail: assessoriacontabil2004@hotmail.com